

Câmara Municipal de Pelotas
Documento Protocolado
Sob N.º 0773
Em 06/03/09
Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO**

Pelotas, 04 de março de 2009.

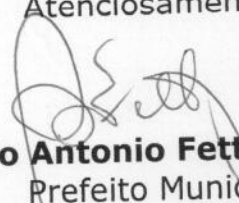
MENSAGEM Nº 009/2009.

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, no qual propomos a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município, para o exercício de 2009. Através do mesmo solicitamos a inclusão da atividade: 12.365.0139.2121 – Manutenção da Educação Infantil – FUNDEB e elementos de despesas em diversas atividades a fim de adequá-los à execução orçamentária.

A solicitação faz-se necessária com tramitação em **regime de urgência**, para adequar as despesas que surgirão por ocasião da execução do referido projeto, para as quais, não há previsão orçamentária.

Atenciosamente,


Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Adalim Luiz Garcia Medeiros
DD. Presidente da Câmara Municipal
Pelotas- RS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial no Orçamento do Município, conforme os seguintes programas de trabalho e respectivas categorias econômicas:

200 – PODER EXECUTIVO			
207 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.243.0101.2017 – Merenda Escolar		R\$	100.000,00
3350410000	CONTRIBUIÇÕES - 1501	R\$	100.000,00
12.361.0137.2113 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB Administrativo		R\$	10.000,00
31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - 0031	R\$	10.000,00
12.361.0137.2114 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB Efetivo Exercício		R\$	50.000,00
31900400000	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - 0031	R\$	50.000,00
12.365.0139.2121 – Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB		R\$	743.400,00
3350430000	SUBVENÇÕES SOCIAIS - 0031	R\$	743.400,00
TOTAL		R\$	903.400,00

Art. 2º Servirá de recurso para a cobertura do crédito constante no artigo 1º, a redução do valor abaixo indicado no seguinte programa de trabalho e respectiva categoria econômica.

200 – PODER EXECUTIVO			
207 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.243.0101.2017 – Merenda Escolar		R\$	100.000,00
3390300000	MATERIAL DE CONSUMO - 1501	R\$	100.000,00
12.361.0137.2113 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB Administrativo		R\$	10.000,00

3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P/CIVIL - 0031	R\$	10.000,00
12.361.0137.2114 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB Efetivo Exercício		R\$	793.400,00
3190110000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P/CIVIL - 0031	R\$	50.000,00
3190460000	AUXILIO ALIMENTAÇÃO - 0031		743.400,00
TOTAL		R\$	903.400,00

Art. 3º Servirá de recurso para a cobertura de que trata o art.1º a redução constante no art. 2º.

Art. 4º Autoriza o Poder Executivo a regulamentar a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009, incluindo nesta a referida ação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 04 de março de 2009.

Adolfo Antonio Fetter Junior
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Abel Dourado
Secretário de Governo



JUSTIFICATIVA

As escolas Assistenciais de Educação Infantil que eram vinculadas a Secretaria Municipal de Cidadania, foram assumidas pela Secretaria Municipal da Educação, na sua integralidade, a partir de janeiro de 2009, conforme transição estipulada pela Lei Federal nº 11.494/2007 - FUNDEB. Esta situação gerou modificações no repasse de verbas, destinadas às referidas escolas. Para o cumprimento da lei, solicitamos a criação o Projeto Atividade e Elemento de Despesa para repassar as referidas verbas concedidas pelo FNDE, a estas escolas assistenciais, pelos motivos que apresentamos a seguir:

- a Lei Federal nº 11.494/2007 criou um padrão de financiamento para toda a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio);

- a partir do ano de 2009 a Assistência Social não mais financiará a rede de Educação Infantil (creche e pré-escola);

- os recursos dos fundos serão disponibilizados pelas unidades transferidoras ao Banco do Brasil S/A., ou Caixa Econômica Federal, artigo 16 de Lei Federal nº 11.494/2007;

- os recursos dos fundos provenientes da União dos Estados e do Distrito Federal, serão repassados, automaticamente, para cotas únicas e específicas dos Governos Estaduais, do Distrito Federal e Governos Municipais, vinculados ao respectivo fundo instituído para esse fim, e, mantidos na Instituição Financeira, de que trata o artigo 16 da Lei Federal nº 11.494/2007.

